

**A ETNOMUSICOLOGIA, A POLÍTICA
E ACÇÃO CULTURAIS E A MÚSICA
TRADICIONAL: O CASO DE PORTUGAL
E AS SUAS RELAÇÕES COM ESPANHA
E PAÍSES DE EXPRESSÃO
PORTUGUESA ¹**

SALWA EL-SHAWAN CASTELO-BRANCO

1. INTRODUÇÃO

Desde o princípio do nosso século, muitos entusiastas e estudiosos da música tradicional portuguesa (MTP), e alguns dos responsáveis pela política e acção culturais em Portugal têm dado ênfase ao importante papel da música tradicional em reforçar a identidade cultural local e nacional. Preocupados com o perigo de desaparecimento que ameaçava algumas tradições musicais, muitos dedicaram-se à sua preservação e promoção, principalmente através da documentação, pesquisa, elaboração de políticas culturais proteccionistas e acções visando a revivificação das tradições musicais em vias de desaparecimento.

A preocupação com o estudo e a revivificação da música tradicional em Portugal foi dirigida essencialmente às tradições que floresciam dentro das fronteiras nacionais, deixando para segundo plano as tradições comuns a Portugal e Espanha sobretudo nas regiões fronteiriças, bem como as tradições portuguesas, ou de forte influência portuguesa, que se encontram em outras regiões da Europa e muitas partes de África, Ásia e das Américas. Além disso, o potencial contributo das actividades envolvendo a música tradicional no estabelecimento e intensificação do diálogo com outros países, sobretudo os de expressão oficial portuguesa, não tem sido explorado pelos responsáveis pela cooperação.

Nesta comunicação, irei examinar brevemente as principais políticas e acções das instituições que intervêm no domínio da MTP aos níveis internacional, nacional, e local, desde 1974. A escolha deste período é baseada em vários critérios incluindo, a acessibilidade das fontes necessárias,

as mudanças radicais em muitos sectores da vida social e cultural portuguesa e finalmente a necessidade de ter perspectivas e formular estratégias para o futuro.

Utilizarei o termo MTP para designar um leque relativamente vasto de tradições musicais portuguesas enraizadas na vida de comunidades ou grupos, e identificadas pelos seus membros como sendo suas, ou como tendo funções importantes na sua vida. A música tradicional portuguesa floresce em zonas rurais e/ou urbanas e é executada por conjuntos incluindo instrumentos locais e/ou oriundos do exterior. Os reportórios são transmitidos oralmente ou através da notação musical fazendo parte do património português e/ou tendo sido recentemente criados ou adoptados de fontes externas para o uso local.

II. A MÚSICA TRADICIONAL, A POLÍTICA E ACÇÃO CULTURAIS EM PORTUGAL

Embora não tenha havido em Portugal uma política cultural visando especificamente a música tradicional, a fim de guiar e coordenar a acção de muitas instituições envolvidas na sua preservação e divulgação, alguns dos princípios enunciados na constituição portuguesa de 1979 (primeira revisão em 1982), bem como as políticas culturais governamentais e privadas, tendem a convergir em realçar a importância da preservação do património cultural português como um todo, bem como do desenvolvimento de relações culturais estreitas entre Portugal e os outros países, sobretudo os de expressão oficial portuguesa.

Os objectivos das políticas culturais das instituições que têm de algum modo apoiado a prática, a documentação e o estudo da música tradicional podem ser sintetizados do seguinte modo:

1. Salvar, preservar, valorizar, investigar, e divulgar o património cultural português no país e no estrangeiro, transformando-o num elemento vigoroso da identidade cultural portuguesa².

2. “Guiar”, promover, e divulgar a cultura tradicional portuguesa através do estímulo e apoio dado a manifestações aos níveis local e nacional³.

3. Estabelecer interrelações culturais estreitas com todos os povos e sobretudo os povos que falam o português através do mundo; defender e promover a cultura portuguesa no estrangeiro e integrar a dimensão cultural nas relações internacionais do país⁴.

A transformação das declarações e planos da política cultural em acções concretas — incluindo a selecção das actividades a apoiar, o género e extensão dos apoios a conceder — foi influenciada por variáveis diversas, tais como os objectivos globais da instituição em questão, a extensão das suas actividades, e o seu empenho em apoiar a MTP.

Ao nível internacional, em particular no que se refere aos países de expressão portuguesa, o Instituto de Investigação Científica Tropical desde os anos cinquenta tem apoiado alguns projectos de investigação sobre a música tradicional autóctone e de influência portuguesa, nomeadamente os trabalhos efectuados por Jorge e Margot Dias sobre os Macondes de Moçambique e

Gerhard Kubik sobre algumas das tradições musicais de Angola e do Brasil (p.e., Dias, Jorge 1964; Dias, Jorge e Margot 1964 e 1970; Dias, Margot 1986; Kubik 1979 e em preparação). Por outro lado, o Serviço de Música da Fundação Gulbenkian apoiou um colóquio internacional sobre o tema: “Processos Interculturais na Música: O Papel de Portugal na Música do Mundo desde o Século XV”. Esse colóquio que se realizou em Dezembro de 1986, foi organizado em colaboração com o departamento de Ciências Musicais da Universidade Nova de Lisboa e o Conselho Internacional de Música Tradicional da UNESCO. As comunicações apresentadas no referido colóquio estão em vias de ser editadas num volume bi-lingue (Inglês e Português) que irá ser publicado pelo Serviço de Música da Fundação Gulbenkian (Castelo-Branco: em preparação).

Efectivamente, a presença prolongada que os portugueses tiveram em muitas partes da África, Ásia e das Américas marcou profundamente algumas das culturas musicais em questão. Apesar do trabalho realizado, ainda há muitas tradições autóctones e de influência portuguesa que precisam de ser documentadas e estudadas. Além disso, algumas das instituições empenhadas no incremento da cooperação entre Portugal e os outros países de expressão portuguesa, poderiam apoiar as actividades bi-laterais envolvendo a música tradicional como uma das vias possíveis para a intensificação do diálogo.

Quanto às iniciativas visando a documentação, o estudo, e a divulgação das tradições musicais portuguesas e espanholas comuns ou interligadas, elas têm partido principalmente do esforço individual, não existindo nenhum enquadramento institucional específico que pudesse fomentar tais iniciativas. É de notar que há mais de 40 anos, figuras proeminentes da etnologia portuguesa e Espanhola (Professores Mendes Correa, Jorge Dias e Amândio Tavares) tiveram consciência da necessidade de estudar a cultura Peninsular, incluindo a música, como um todo, e criaram um enquadramento institucional para este efeito, nomeadamente, o Centro de Estudos de Etnologia Peninsular (Oliveira 1968). Por razões que não cabe referir nesta breve comunicação, a rica produção científica do centro, limitou-se à etnografia portuguesa incluindo a música, não contribuindo efectivamente para o estudo das interrelações culturais peninsulares, o que nos deixa apenas com alguns estudos sobre as interrelações musicais Luso-Espanholas (p.e., Pires de Lima 1934 e 1947).

Os contactos seculares entre as populações fronteiriças de Portugal e Espanha continuam até aos nossos dias, e são reforçados com os meios de comunicação social, sobretudo a televisão — o que realça a urgência de se criar um enquadramento institucional que pudesse fomentar o estudo científico dos processos musicais resultantes, e o reforço do intercâmbio musical Luso-Espanhol.

Ao nível nacional, os primeiros anos que se seguiram a 1974 foram caracterizados por uma grande agitação social e política. No entanto, no final da década de setenta e princípios de oitenta, muitas instituições governamentais e privadas que podiam apoiar a música tradicional portuguesa, redefiniram os seus objectivos, e novas instituições foram fundadas. Ao mesmo tempo, observamos a multiplicação de vários tipos de agrupamentos musicais existentes, e a criação de novos agrupamentos executando MTP e

outras categorias musicais. Entre estes agrupamentos, os ranchos folclóricos, bandas filarmónicas, grupos de revivificação de música tradicional portuguesa, coros amadores, e coros alentejanos (no Alentejo e na cintura Industrial de Lisboa e Setúbal), têm sido uma presença particularmente significativa.

A maior parte dos apoios dados por instituições a nível nacional têm sido canalizados para os ranchos folclóricos e bandas filarmónicas. Várias razões têm sido evocadas por alguns dos dirigentes das instituições que têm concedido os apoios, para justificar esta escolha, incluindo a função das bandas como rede nacional de escolas de música e a importância das bandas e dos ranchos em muitas festas locais religiosas e profanas (Pinto da Silva 1977)⁵.

Efectivamente, hoje o rancho folclórico e a banda filarmónica são instituições musicais vitais em muitas comunidades rurais em Portugal. Segundo as estatísticas mais recentes da Federação do Folclore Português e do Instituto de Aproveitamento dos Tempos Livres dos Trabalhadores, existem em Portugal mais de 2.000 ranchos folclóricos e 700 bandas filarmónicas (INATEL 1988)⁶. A falta de estudos sistemáticos sobre ambas as instituições musicais, impossibilita uma compreensão ampla dos seus papéis aos níveis local e nacional, bem como da importância dos apoios dados para o seu funcionamento.

Apesar de alguns apoios que têm sido dados para a documentação e a investigação da música tradicional, não tem figurado como prioridade nos planos culturais a fundação de um arquivo nacional áudio-visual para a música e a dança tradicionais, que pudesse reunir colecções espalhadas por instituições e indivíduos em Portugal e no estrangeiro, e ao mesmo tempo servir como centro de investigação orientando novas recolhas e estudos.

Ao nível local, verificamos que muitas autarquias têm apoiado agrupamentos musicais locais, em certos casos contribuindo efectivamente para a revivificação de tradições locais. Além disso, em várias regiões "eruditos locais" também têm contribuído de uma forma significativa, criando e orientando museus locais, grupos folclóricos e documentado e estudando os reportórios da sua área (p.e., Dr. António Mourinho em Trás-os-Montes e o Pe. Cartageno no Alentejo) (Cartageno 1984 e Mourinho 1983).

III. CONCLUSÃO

Desde 1974, a política cultural portuguesa tem dado ênfase à preservação do património cultural português, a sua importância como reforço da identidade nacional, e à necessidade de intensificar as relações culturais com todos os países, sobretudo os de expressão portuguesa. A acção cultural no domínio da música tradicional tem envolvido principalmente a música tradicional em território português, não dando a devida atenção às tradições comuns ou semelhantes em Portugal e Espanha, bem como tradições portuguesas ou estrangeiras de forte influência portuguesa que têm florescido nas comunidades de imigrantes em outros países da Europa e das Américas, e nos países africanos de expressão portuguesa.

Nos últimos quinze anos, Portugal tem passado por mudanças rápidas aos níveis político, social e cultural. Ao mesmo tempo, há uma consciência nos meios culturais e em muitas localidades que o processo de modernização que está a decorrer em muitas partes do país, pode ameaçar a cultura tradicional. Esta consciência, em parte, levou à intensificação das políticas e acções culturais que visam dar conhecimento da história portuguesa e da sua dimensão universal, e reforçar a identidade cultural nacional. Em parte, a multiplicação de diferentes tipos de agrupamentos de música tradicional portuguesa que têm revivificado, transformado e utilizado as suas tradições de maneiras novas e antigas, pode ser encarada como uma das manifestações musicais do desejo de reforçar a identidade local e nacional.

A situação da política e acção culturais no que se refere à música tradicional em Portugal provavelmente não é única. Por outro lado, a etnomusicologia em Portugal está num ponto de viragem. O ensino universitário dessa disciplina foi introduzido pela primeira vez na universidade portuguesa com a fundação do Departamento de Ciências Musicais na Universidade Nova de Lisboa em 1980. Vários jovens preparados cientificamente estão / ou brevemente irão efectuar pesquisas de campo sobre tradições portuguesas ou estrangeiras de influência portuguesa. Penso que num futuro próximo, eles poderão enriquecer os nossos conhecimentos sobre estas tradições musicais. Espero também que eles possam desempenhar o papel de mediadores entre comunidades locais, músicos, instituições e os administradores responsáveis pela concepção e execução das políticas e acções culturais, transmitindo as carências e aspirações locais às instituições relevantes que possam ajudar a superá-las, definindo potências, coordenando o trabalho de várias instituições, elaborando os traços essenciais de uma política cultural para a música tradicional, traçando caminhos para a sua implementação, e avaliando os resultados das acções realizadas, em suma, contribuindo para o desenvolvimento do diálogo inter e intracultural através da música tradicional.

Finalmente, gostaria de aproveitar esta ocasião especial do VI Encontro de Música Ibérica para propôr a formação de um grupo de trabalho de musicólogos e etnomusicólogos portugueses e espanhóis a fim de estudarmos em conjunto as melhores formas de incrementar a investigação sobre as interrelações musicais entre os dois países no passado e no presente, e desenvolvermos acções conjuntas nos domínios da música prática e da investigação musicológica.

ABREVIATURAS

FFP	— Federação do Folclore Português
FPBC	— Federação Portuguesa de Bandas Cívicas
FCG	— Fundação Calouste Gulbenkian
GP	— Governo Português
IICT	— Instituto de Investigação Científica Tropical
INATEL	— Instituto Nacional para o Aproveitamento dos Tempos Livres dos Trabalhadores
IPT	— Instituto de Promoção Turística
RDP-RTP	— Radiodifusão e Radiotelevisão Portuguesa
RT	— Regiões de Turismo
SEC	— Secretaria de Estado da Cultura
SET	— Secretaria de Estado do Turismo

NOTAS

- 1 Alguns dos dados e conclusões apresentados na presente comunicação foram parcialmente publicados em Castelo Branco 1989 e 1990.
- 2 Assembleia da República — Constituição 1982: artigo 78 c;
FFP — Federação do Folclore Português 1978: artigo 4;
FPBC — Federação Portuguesa de Bandas Cívicas 1987;
GP — Assembleia da República 1988, capítulo IV, artigo 81;
INATEL — Ministérios dos Assuntos Sociais e do Trabalho 1979: artigo 5;
RDP-RTP — Assembleia da República 1979: artigo 3;
SEC — Presidência de Conselho de Ministros 1980a: capítulo I, 1980b: artigo 2, 1980d capítulo I e artigos 24-27;
SET — Presidência de Conselho de Ministros 1982 artigo 3;
Ministério do Trabalho e Segurança Social 1986a.
- 3 FFP — Federação Portuguesa de Folclore 1978: artigo 4;
FPBC — Federação Portuguesa de Bandas Cívicas 1987;
INATEL — Ministério dos Assuntos Sociais e do Trabalho 1979: artigo 5;
RDP e RTP — Assembleia da República 1981 e Presidência do Conselho de Ministros 1984;
SEC — Presidência de Conselho de Ministros 1980a: Capítulo I. 1980b: artigo 2; 1980c: capítulo VI;
SET — Presidência de Conselho de Ministros 1982: artigo 7, 1986.
- 4 Constituição — Assembleia da República 1982: artigo 78c;
FCG — Fundação Calouste Gulbenkian 1983: 375-9;
GP — Assembleia da República 1988: capítulo IV artigo 86;
IICT — Ministério da Cultura e da Ciência 1979: artigo 2-3;
Ministério da Educação e das Universidades 1982: artigo 3;
Ministério de Educação 1983: artigos 14-15;
RDP-RTP — Assembleia da República 1979: artigo 3;
SEC — Presidência de Conselho de Ministros 1980a: capítulo I; 1980e.
- 5 Comunicação pessoal do Maestro Ferreira da Silva, director do departamento de música do INATEL (Lisboa, Outubro de 1988), do Dr. Tomás Ribas, director do departamento do folclore e etnografia da mesma instituição, e do Sr. Augusto Gomes dos Santos, presidente da FFP (Faro, Agosto de 1988).
- 6 Comunicação pessoal do Sr. Augusto Gomes dos Santos, presidente da FFP (Faro, Agosto de 1988).

LEGISLAÇÃO

Constituição

Assembleia da República

- 1982 *Constituição da República Portuguesa.*
Primeira Revisão. Lisboa Imprensa Nacional - Casa da Moeda.

Instituições Governamentais e Privadas

FFP — *Federação do Folclore Português*

Federação do Folclore Português

- 1978 “Estatutos”, *Diário da República* Terceira Série, número 133, 12-7-1978.

FPBC — *Federação Portuguesa de Bandas Cívicas*

Federação Portuguesa de Bandas Cívicas

- 1987 “(Constituição)”, *Diário da República* Terceira Série, número 177, 4-8-1987.

GP — *Governo Português*

Assembleia da República

- 1988 “Lei n.º 115-88 de 30 de Dezembro, Grandes Opções do Plano para 1989-1992 e Grandes Opções do Plano para 1989”, *Diário da República*, Primeira Série, número 301, 30-12-1988.

IICT — *Instituto de Investigação Científica Tropical*

Ministério da Cultura e da Ciência

- 1979 “Decreto-Lei n.º 532/79 de 31 de Dezembro”, Lei Orgânica do Laboratório Nacional de Investigação Científica Tropical, *Diário da República*, Primeira Série, número 300, 31-12-1979.

Ministério de Educação e das Universidades

- 1982 “Decreto-Lei número 105/82 de 8 de Abril”, (Altera o nome do Laboratório Nacional de Investigação Científica Tropical), *Diário da República* Primeira Série, número 90, 19-4-1983.

INATEL — *Instituto Nacional para o Aproveitamento dos Tempos Livres dos Trabalhadores*

Ministério dos Assuntos Sociais e do Trabalho

- 1979 “Decreto-Lei número 519-J2/79 de 29 de Dezembro”, (Criação do Instituto Nacional para o Aproveitamento dos Tempos Livres dos Trabalhadores), *Diário da República*, Primeira Série número 299, 29-12-1979.

RDP e RTP — *Radiodifusão e Radiotelevisão Portuguesa*

Assembleia da República

- 1979 “Lei número 75/79 de Novembro” (Lei da Rádio Televisão), *Diário da República*, Primeira Série, 29-11-1979.

Assembleia da República

- 1981 “Lei número 12/81 de 21 de Julho”, (Protecção da Música Portuguesa na sua difusão pela rádio e pela televisão), *Diário da República*, Primeira Série, número 165, 21-7-1981.

Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios de Justiça e de Cultura

- 1984 “Decreto-Lei número 316/84 de 1 de Outubro”, (Protecção da música portuguesa e sua difusão pela rádio e pela televisão), *Diário da República*, Primeira Série, número 228, 1-10-1984.

SEC — *Secretaria de Estado da Cultura*

Presidência do Conselho de Ministros

Secretaria de Estado da Cultura

- 1980a “Decreto-Lei número 59/80, (Reestruturação da Secretaria de Estado da Cultura”, *Diário da República*, Primeira Série, número 79, 3-4-1980.
- 1980b “Decreto-Lei número 102/80 de 9 de Maio”, (Reestruturação Fundo de Fomento Cultural), *Diário da República*, Primeira Série, Número 107, de 9-5-1980.
- 1980c “Decreto Regulamentar número 19-80 de 26 de Maio”, (Define a Organização e o Funcionamento do Conselho de Directores Gerais, de Direcção Geral dos Serviços Centrais, do Gabinete de Planeamento, do Gabinete de Organização e Pessoal e de Direcção Geral de Acção Cultural), *Diário da República*, Primeira Série, Número 121, de 26-5-1980.
- 1980d “Decreto Regulamentar número 34/80 de 2 de Agosto” (Criação do Instituto Português do Património Cultural), *Diário da República*, Primeira Série, número 177, 2-8-1980.
- 1980e “Despacho número 222-80”, Gabinete das Relações Internacionais, *Diário da República*, Segunda Série, número 225, 29-9-1982.

SET — *Secretaria de Estado do Turismo*

Presidência do Conselho de Ministros

- 1982 “Decreto-Lei número 327/82 de 16 de Agosto”, (Define Regiões de Turismo e estabelece as Normas Relativas à Área da sua Jurisdição), *Diário da República*, número 188 de 16-8-1982.

Ministério do Trabalho e Segurança Social

- 1986 “Decreto-Lei número 402/86 de 3 de Dezembro”, (Homologa a Criação do Instituto de Promoção Turística), *Diário da República*, Primeira Série, número 278 de 3-12-86.

BIBLIOGRAFIA CITADA

Cartageno, António (Pe.)

- 1984 “Uma Experiência de Recolha e Recuperação da Música Popular Religiosa do Baixo Alentejo”, *Colóquio sobre Música Popular Portuguesa: Comunicações e Conclusões*. Lisboa: INATEL.

Castelo-Branco, Salwa El-Shawan e Toscano, Maria Manuela

- 1988 “In Search of a Lost World: An Overview of Documentation and Research on the Traditional Music of Portugal”, *Yearbook for Traditional Music* 20: 158-192.

Castelo-Branco, Salwa El-Shawan

- 1989 “A Etnomusicologia, a Política e Acção Culturais e a Música Tradicional em Portugal”, No, *Estudos em Homenagem a Ernesto Veiga de Oliveira*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica — Centro de Estudos de Etnologia.
- 1991 “Cultural Policy and Traditional Music in Portugal since 1974”, No, Max Peter Baumann, ed., *Cultural Policy and Traditional Music*. Berlin: International Institute for Comparative Music Studies and Documentation.

Em preparação (cord. editorial) *Cross Cultural Processes in Music: The Role of Portugal in the World's Musics since the XVth Century*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Dias, Jorge
1964 *Os Macondes de Moçambique: Aspectos Históricos e Económicos*. Vol. 1. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar.

Dias, Jorge e Margot
1964 *Os Macondes de Moçambique: Cultura Material*. Vol. 2. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar.

1970 *Os Macondes de Moçambique: Vida Social e Ritual*. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar.

Dias, Margot
1986 *Instrumentos Musicais de Moçambique*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical.

(Fundação Calouste Gulbenkian)
1983 *Fundação Calouste Gulbenkian: 1956/1981*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

INATEL
1988 *Relação das Filarmónicas, Escolas de Música, Tunas, Ranchos Folclóricos, Tocatas, Grupos Corais, Orfeões e Orquestras, Actualizadas pelas Delegações desde Abril 1988*. (Não publicada).

Kubik, Gerhad
1979 *Angolan Traits in Black Music, Games, and Dances of Brazil: A Study of African Cultural Extensions Overseas*. Estudos de Antropologia Cultural número 10. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar — Centro de Estudos de Antropologia Cultural.

Em preparação
Os Lamelofones do Museu de Etnologia de Lisboa. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical.

Mourinho, António
1983 *Grupo Folclórico de Duas Igrejas (Pauliteiros de Miranda)*. Braga: Oficinas Gráficas da Livraria Cruz.

Oliveira, Ernesto Veiga
1986 *Vinte Anos de Investigação Etnológica do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura.

Pinto da Silva, Romeu
1977 "Programa de Apoio às Bandas", *Informação Cultural: Boletim da Secretaria de Estado da Cultura*.

Pires de Lima, Fernando de Castro
1934 "Identidades Galaico-Minhotas no Cancioneiro de S. Simão de Novais", *Arquivo de Viana do Castelo* 1.

1947 "Nova Contribuição para o Estudo das Afinidades Galaico-Portuguesas do Cancioneiro Geral". *Revista de Dialectologia y Tradiciones Populares* 3 (3-4).

